

Em reacção às declarações do director do STAE

## “Sala da Paz” diz que STAE e CNE manipularam o recenseamento eleitoral e demonstraram falta de seriedade

Maputo (Canalmoz) – As organizações não-governamentais congregadas na chamada “Sala da Paz” dizem que acolheram com enorme surpresa, indignação e com um alto sentido de desassossego a declaração recente do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral. Felisberto Naife declarou, em entrevista ao jornal “Notícias”, datada de 18 de Junho de 2019, que as organizações da “sociedade civil” não estavam preparadas para observar o recenseamento eleitoral que terminou no país no dia 30 de Maio.

“Este ‘pronunciamento’ do STAE serve para branquear a opinião pública e fazer da sociedade civil vilã deste processo e legitimar a sua incapacidade para organizar um processo transparente e credível”, diz a “Sala da Paz” e acrescenta que o director-geral do STAE foi incapaz de mostrar factos e argumentos

que sustentam a dolorosa afirmação, o que revela tratar-se de um discurso cuja finalidade é reduzir todos os esforços realizados por organizações não-governamentais para a credibilização do processo de recenseamento eleitoral.

A plataforma “Sala da Paz” considera que, contrariamente à posição do director do STAE, as organizações não-governamentais, pela primeira vez na história eleitoral do país, organizaram-se com antecedência e zelo, a título individual, em consórcios ou em plataformas para monitorar de forma estruturada e com recurso às novas tecnologias de informação e de comunicação o conjunto das condições objectivas para o pleno exercício do direito ao registo eleitoral para as próximas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 15 de Outubro de 2019.

“Entretanto, a preparação e organi-

zação da sociedade civil encontrou de surpresa os órgãos de administração eleitoral, na medida em que foram esgotadas todas as capacidades de emitir credenciais, umas vezes por questões técnicas, e outras por uma vontade deliberada de desorganizar, manipular e limitar o acesso às fontes alternativas de informação aos cidadãos. A Sociedade Civil constatou e com evidências que a credenciação dos observadores eleitorais para monitoria do registo eleitoral de 2019 foi realizado de forma desordenada principalmente nas províncias de Nampula, Sofala, Tete e Zambézia”, diz a “Sala da Paz” e acrescenta que tudo se deveu ao envio tardio do modelo de credencial a ser usado nestas eleições por parte da CNE; à escassez de meios materiais e humanos; ao pedido de documentos não reconhecidos pelos dispositivos que regu-

lam a credenciação e a observação como necessários e às dificuldades no processo de credenciação dos observadores, que impediu a observação integral do registo eleitoral.

### **Menores de idade recenseados para votar**

Segundo a plataforma que temos vindo a citar, vários são os problemas levantados durante o recenseamento eleitoral, tais como o empolamento dos números de registo eleitoral nas províncias de Gaza e Cabo Delgado (evidências do CESC, EISA, CIP e IESE); abertura dos postos de recenseamento a alguns dias para o fim do processo; postos e brigadas que nunca chegaram a abrir; distribuição desigual de brigadistas em função das zonas de influência do partido no poder e da oposição; avarias constantes de “mobiles”, sobretudo nas regiões de influência da oposição (primeiras semanas na província de Nampula) e demora no tempo de resposta; o problema do recenseamento nos centros de realojamento; recenseamento realizado com dificuldades nos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Palma, Muidumbe, devido aos ataques armados; falta de capacidade e de pessoal do STAE para responder às constantes avarias do material de registo eleitoral.

Esses factores negativos concorreram para a exclusão de um número significativo de eleitores; a redução do número de mandatos nas províncias de Nampula e Zambézia; o

aumento do número de mandatos nas províncias de Gaza; a abertura duma margem de manobra para o enchimento de urnas (Gaza).

“Por estas e mais razões, as Organizações da Sociedade Civil vêm, em primeiro lugar, declarar inverídicas as declarações proferidas pelo director do STAE, Felisberto Naife”, afirmou a “Sala da Paz” numa conferência de imprensa que se realizou na quinta-feira, em Maputo.

Da “Sala da Paz” fazem partes as organizações não-governamentais ADS, CESC, PARLAMENTO JUVENIL, CEURBE, SOLIDARIEDADE, FORCOM, WLSA, FÓRUM MULHER, JOINT, IESE, CIP; NANA.

A “Sala da Paz” exortou o director do STAE a pedir desculpas pelas afirmações ofensivas e sem fundamentos em relação ao trabalho da “sociedade civil”; a emissão de uma única credencial para o ciclo eleitoral e não para as fases do processo eleitoral; exigir que a CNE cumpra o prazo legal de cinco dias para decidir sobre os pedidos de credenciais para observadores, conforme estabelece o artigo 251 da Lei 8/2013, de 27 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei 2/2019, de 31 de Maio; exigir que o STAE publique o relatório de recenseamento detalhado indicando os problemas técnicos encontrados e como foram resolvidos, por exemplo, quantas máquinas tiveram e, destas, quantas avariariam e quantas foram submetidas a reparação. “Isto não é pedir demais, é exigência de prestação de

contas a quem recebe do nosso imposto, faz péssimo trabalho e ainda ridiculariza o nosso trabalho.”

A “Sala da Paz” disse também que, durante o recenseamento eleitoral, as organizações ADS, CIP e EISA publicaram com evidência a informação de menores de idade recenseados e de casos de dupla inscrição e de estrangeiros recenseados. “A CNE/STAE deve apresentar relatório de quantos casos desses houve e qual tratamento que foi dado. Qual é a garantia de que os menores, estrangeiros recenseados não contaram para os últimos dados levados em consideração no cálculo de mandatos? E os casos de dupla inscrição? Houve alguma responsabilização disciplinar e criminal nos termos da Lei?”, diz a “Sala da Paz” e acrescenta que a maior parte destas irregularidades que algumas organizações não-governamentais denunciaram não são novas, acontecem desde o recenseamento eleitoral de 2013/14 e porque as organizações não-governamentais não observavam o recenseamento eleitoral, ficavam em branco. “O próprio processo de credenciação mostrou claramente que quem não estava preparado são os órgãos de administração eleitoral, visto que tiveram dificuldades para emitir credenciais para cerca de 650 observadores. Como é que órgãos que gerem eleições há cerca de 25 anos têm dificuldades para emitir credenciais para 650 observadores?”

**(Reginaldo Mangue) Canalmoz**